

A CONSTRUÇÃO DE HERÓIS REPUBLICANOS DURANTE A GUERRA DE CANUDOS

Alessandro Silva Carvalho²

Léa Costa Santana Dias³

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar a construção dos heróis na Primeira República com enfoque específico em três figuras de proporções diferentes durante a Guerra de Canudos: o coronel Moreira César, o Cabo Roque e o Marechal Bittencourt. Para esse estudo e produção utilizou-se, como fundamentação teórica, Emília Viotti da Costa (1999), Euclides da Cunha (1985), Michel Foucault (2003). Para tal, mostramos que, para haver uma ascensão de novos símbolos memorialísticos, heroicos, o processo de descredibilização do período anterior inicia-se desde a implantação da República no Brasil. Construimos de modo conciso um artigo que possa contribuir com o conhecimento do leitor e demais interessados do público geral, que tenham intenção em estudar o tema da construção da figura do herói na Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE: Heróis nacionais. República. Discurso.

ABSTRACT: This article aims to analyze the construction of the heroes in the Old Republic with specific focus on three figures of different proportions during the Canudos War: Colonel Moreira César, Cabo Roque and Marechal Bittencourt. For this study and production was used, as theoretical basis, Emilia Viotti da Costa (1999), Euclides da Cunha (1985), Michel Foucault (2003). For this, we show that, in order to have a rise of new memorialistic symbols, heroic the process of disbelieving the previous period begins with the implantation of the Republic in Brazil. We construct in a concise way an article that can contribute with the knowledge of the reader and other interested parties of the general public, who intend to study the theme of the construction of the figure of the hero in the Old Republic.

KEY-WORDS: National Heroes . Republic. Discourse.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo pretende discutir em quais circunstâncias os três homens aqui expostos – o coronel Moreira César, o Cabo Roque e o Marechal Bittencourt – tornaram-se durante a Primeira República, no período que compõe a Guerra de

² Discente do Curso de Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas – Campus XXII – UNEB

³ Professora de Literatura Brasileira – Campus XXII – UNEB; Doutora em Literatura e Cultura – UFBA

Canudos, figuras heroicas com diferentes proporções cada uma. As figuras históricas aqui expostas divergem-se entre si, quanto as patentes militares e à forma como chegaram à sua condição heroica por três vias de ascensão diferentes: violência, propaganda jornalística e martírio (em Monte Santo, interior da Bahia, no seu busto, o Marechal Bittencourt é identificado como um mártir da República). De patentes diferentes, pertencem todos ao mesmo nicho – o Exército – e ascenderam à condição de heróis a partir da instituição da República no Brasil. O coronel Moreira César, o Cabo Roque e o Marechal Bittencourt são figuras presentes em um panteão criado no qual foram inseridos outros nomes dentro da mesma ideologia política que se estabelecia no Brasil naquele período histórico marcado pela turbulência, imposição de um novo regime político-administrativo.

Nesse artigo, não se assume posição sobre as qualidades, méritos ou falhas de nenhum regime político, apenas pretende-se mostrar como em seus primeiros anos a República, por todos os meios acessíveis ao seu alcance, criou símbolos, datas e heróis para justificar sua ascensão meteórica sem transição político-administrativa do regime anterior para o novo, da passagem de um dia para a noite da monarquia para o governo provisório republicano. Em um curto período de tempo, remodelou-se o horizonte memorialístico do Brasil às suas conveniências. Aqui, por meio das três personalidades históricas analisadas, foi intentado mostrar como se deu esse processo durante a Guerra de Canudos.

A REPÚBLICA

A instituição republicana ascendeu como corpo político de forma muito tumultuada, às pressas, tendo de criar rapidamente uma constituição, estabelecer um presidente para governar. Para um panorama mais abrangente, crítico e contundente desse período que formou o background deste período histórico, utilizamo-nos do clássico de Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. Nessa obra singular, a autora demonstra com muita propriedade todo o contexto político-social-intelectual que levou à queda da monarquia e a ascensão da República. Nenhuma vertente ideológica escapa ao seu comentário.

Viotti não se prende a nenhuma corrente ideológica sobre o período, critica vários nomes importantes da historiografia brasileira, mas essencialmente mostra como se deu, após o 15 de novembro, a formação do discurso ideológico dos vencidos e

derrotados, cada qual adotando uma linha de raciocínio para si legitimar ou deslegitimar o outro através da produção de obras e discursos que atendessem a sua narrativa particular. Especificamente, sobre a República, mostra como o discurso de demonização do regime anterior vinha de longa data. Foi por meio disso que sua ascensão foi possível sem resistência, com exceção, da oposição intelectual de alguns monarquistas num primeiro momento, e ressentidos com os rumos tomados na República num segundo momento. Depuseram o Imperador e criaram uma instituição que buscava se legitimar muito rapidamente, não como um corpo novo, mas algo que já era supostamente ansiado pelos brasileiros desde há muito tempo. Como a autora escreve:

[...] afirmam que a República sempre foi uma aspiração nacional. Esposando uma idéia já enunciada no Manifesto Republicano de 1870, consideram a Monarquia uma anomalia na América, onde só existem repúblicas. Repetindo as críticas feitas durante o Império ao Poder Moderador, afirmam que as liberdades foram cerceadas com grande prejuízo para a nação. Apontam as deficiências de D. Pedro como estadista. Criticam a centralização excessiva do governo monárquico, a vitaliciedade do Senado, a fraude eleitoral que possibilita ao governo vencer sempre as eleições, e consideram a República a solução natural para os problemas. A proclamação da República na opinião desses testemunhos foi a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século. (COSTA, 1999, p. 387)

Circe Bittencourt demonstra, no artigo “*As ‘tradições nacionais’ e o ritual das festas cívicas*”, como a República agiu para criar símbolos e mitos para seu sistema de governo, alicerçando-se primeiramente no movimento de Tiradentes, cooptando posteriormente figuras proeminentes do regime imperial brasileiro que pertenciam à classe que derrubou o Império, em especial, os militares, integrando ao seu discurso o Duque de Caxias, e relativizando a importância de figuras como D. Pedro I e II. Como explica Foucault refletindo sobre as relações de poder: “O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política.” (FOUCAULT, s/d, p. 99) No caso do Estado republicano, então, pode-se afirmar que estava construindo seu poder através da autolegitimação e da construção de seus heróis.

MOREIRA CÉSAR

Como escreve Euclides da Cunha, “O fetichismo político exigia manipsansos de farda.” (CUNHA, 1985, p. 321) Não foi diferente com o Coronel Moreira, e com os outros aqui analisados. Assim apresenta Euclides à imagem do comandante da Terceira Expedição: “O aspecto reduzia-lhe a fama. De figura diminuta — um tórax desfibrado sobre as pernas arcadas em parênteses — era organicamente inapto para a carreira que abraçara.” (CUNHA, 1985, p. 322) Esta é uma descrição crua de um dos homens mais temidos e respeitados ao longo dos primeiros anos da República.

Não constituía figura típica do homem militar, era antes de tudo “[...] o homem para as crises perigosas e para as grandes temeridades.” (CUNHA, 1985, p. 325), famoso por agir com extrema brutalidade nas revoltas que reprimiu, onde os “fuzilamentos” e as decapitações fizeram parte do imaginário popular construído em torno dessa figura não muito bem retratada por Euclides. Mais do que ver o Coronel Moreira César como um agente perpetrador das vontades do sistema, impondo-as a ferro e bala, é preciso ter consciência do discurso em torno dessa figura que sofria da “[...] desorganização psíquica que o vitimava.” (CUNHA, 1985, p. 325) Discurso é poder, e como explica Foucault, é parte integrante dos sistemas de coerção. Moreira César era representante de um regime que se autolegitimava, por todas as vias possíveis, desde seu princípio:

[...]. Em 1893, já coronel, porque galgara velozmente três postos dous anos, ao declarar-se a revolta da armada, o marechal Floriano destacou-o armado com poderes discricionários para Santa Catarina, como uma barreira à conflagração que se reanimara no Sul e ameaçava os estados limítrofes. Seguiu; e em ponto algum do nosso território passou tão firme e tão estrangulador o guante dos estados de sítio.

Os fuzilamentos que ali se fizeram, com triste aparato de imperdoável maldade, dizem-no de sobra. (CUNHA, 1985, p. 325)

A máquina de propaganda da República se instalou tão logo o regime chegou ao poder. Grande parte disso se deve à atuação do sistema repressivo do Estado que funcionou durante as revoltas da presidência de Floriano Peixoto (Revolta da Armada e Revolução Federalista) e, posteriormente, na Guerra de Canudos, sob Prudente de Moraes. Moreira César serviu aos dois presidentes. A Guerra de Canudos havia chegado

a um momento crítico. Era necessária a resposta definitiva, à altura do perigo que os conselheiristas representavam à República. Interessante observar o que escreve Roberto Ventura sobre isso:

O confronto entre os conselheiristas e as tropas governamentais trouxe à tona o conflito interno ao conceito de República e acirrou a disputa entre liberais e jacobinos. Canudos foi o ponto central de definição da forma republicana no Brasil, pela conversão da campanha militarizada em cruzada revolucionária. A República, manchada pelas revoltas federalistas e da armada, mais uma vez vertia sangue em nome de sua consolidação política. (VENTURA, 2003, p. 171)

Escolheram, então, Moreira César. Mas, como narra Euclides da Cunha, e conforme aparece representado no filme *A Guerra de Canudos*, a Terceira Expedição sofreu com a liderança de seu líder, sendo ele um dos principais responsáveis pela derrota republicana. Escreve Ventura sobre a Expedição e seu líder: “A terceira expedição contra Canudos foi organizada em 1897 com 1300 soldados, e entregue ao comando do coronel Moreira César, herói da repressão à revolta federalista e herdeiro, após a morte de Floriano Peixoto, da mística jacobina” (VENTURA, 2003, p. 171). Como se vê, Moreira César foi escolhido justamente por seus serviços prestados anteriormente e por haver herdado a “mística jacobina” que agia com brutalidade contra os insurgentes.

Não foi apenas o fator da derrota (da Terceira Expedição) e todo o ambiente contrário a Canudos no Brasil de 1897 que forçaram as autoridades republicanas a agirem com ainda mais violência contra o arraial do sertão, mas também a grande pressão midiática contra o arraial. Conforme demonstra Lidiane Pinheiro (2012), houve um crescente interesse pelo Belo Monte nos jornais da região Sudeste, em especial, *O Estado de S. Paulo*, objeto de análise de sua tese de doutorado. O discurso jornalístico foi de vital importância para dar a Canudos o status de ameaça. O “nós” (litorâneos, republicanos, sulistas) e “eles” (conselheiristas) foi contínuo nos jornais, com cobranças por medidas mais enérgicas por parte da imprensa e da opinião pública, que, não esperando a ação das autoridades contra a ameaça conselheirista e monarquista, resolveu tomar a dianteira “provocando as ‘jornadas jacobinas’ no Rio de Janeiro e em São Paulo, em que foram destruídos jornais monárquicos” (VENTURA, 2003, p. 171). Conforme demonstra Pinheiro, firmando-se uma oposição maniqueísta, divulgava-se

que “o Conselheiro batalha contra a instituição republicana garantindo ir ao Rio de Janeiro” (O Estado de São Paulo *apud* PINHEIRO, 2012, p. 166).

A construção, repetição e imposição de um discurso é um ato de poder legitimador. Moreira César foi designado para o conflito nessas circunstâncias, com a função de reprimir os conselheiristas, como havia feito anteriormente, nas revoltas do período Floriano Peixoto. Por elas que se tornou famoso, respeitado e temido, o cortador de cabeças, que defendeu com bala, reprimindo os revoltosos que ameaçavam o regime recém-instalado. Como escreve Euclides:

Cabe à sociedade, nessa ocasião, a camisa-de-força ou a púrpura. Porque o princípio geral da relatividade abrange as mesmas paixões coletivas. Se um grande homem pode impor-se a um grande povo pela influência deslumbradora do gênio, os degenerados perigosos fascina com igual vigor as multidões tacanhas. (CUNHA, 1985, p. 327)

Moreira Cesar foi agraciado como herói por seus serviços repressivos prestados ao regime republicano, era símbolo de uma era que se impunha pela força. Sua atuação de imposição da ordem durante as revoltas do período Floriano e na Guerra de Canudos era de um homem, um burocrata do Estado, em sua defesa, cumprindo seu papel. Sua coroação como herói da pátria, como escreve Euclides: “Escolheram-no para novo ídolo” (CUNHA, 1985, p. 321), foi um marco simbólico do militarismo, que ainda hoje causa exaltações na mentalidade brasileira atual. O coronel caiu, mas seu mito permaneceu.

CABO ROQUE

Assim descreve Euclides sobre o episódio do Cabo Roque:

Nessas incertezas, a verdade aparecia, às vezes, sob uma forma heróica. A morte trágica de Salomão da Rocha foi uma satisfação ao amor-próprio nacional. Aditou-se-lhe depois, mais emocionante, a lenda do cabo Roque, abalando comovedoramente a alma popular. Um soldado humilde, transfigurado por um raro lance de coragem, marcara a peripécia culminante da peleja. Ordenança de Moreira César, quando, desbaratara-se a tropa, e o cadáver daquele ficara abandonado à margem do caminho, o lutador leal permanecera ao seu lado, guardando a relíquia veneranda abandonada por um

exército. De joelhos, junto ao corpo do comandante, batera-se até ao último cartucho, tombando, afinal, sacrificando-se por um morto... (CUNHA, 1985, p. 376)

É importante ter em mente o poder do discurso simbólico criado em torno dessa figura saída da mediocridade para a glória, “transfigurado por um raro lance de coragem”, levado ao panteão dos heróis nacionais em segundos. Lidiane Pinheiro cita a matéria do *O Estado de S. Paulo* sobre o Cabo Roque:

O cadaver do coronel, que era transportado para ser dado á sepultura [...] foi abandonado, ficando juncto a elle apenas o cabo Arnaldo Roque, seu ordenança e leal companheiro e amigo dedicado, que defendeu os restos mortaes do seu desventurado commandante até que, falta de munições, foi egualmente victima da ferocidade dos bandidos (informações transferidas por telegrama da Bahia no dia anterior e publicadas no dia 13 de março). (O Estado de São Paolo *apud* PINHEIRO, 2012, p. 173)

A velocidade com que a lenda surgiu assusta na mesma medida em que se foram erigindo homenagens aos heróis recém-tombados. Continua a autora mostrando a comparação entre o tratamento dado aos heróis pela República e pelo Império:

Em Canudos, Roque, ordenança de Moreira Cesar, soldado da República, morre, sem munição, sobre o cadaver do valoroso chefe.

No Rio de Janeiro, Gentil de Castro [...] é assassinado, e [o visconde de] Ouro Preto e outros monarchistas abandonam-no, para salvarem as proprias vidas [...].

Roque esperava a morte, guardando o cadaver de Moreira Cesar, varado por uma bala do inimigo.

Os estadistas do imperio abandonam um homem, que por elles deu a vida [...]

O paralelo é de hontem, e serve para distanciar da nossa dedicação essa fé monarchica que pára onde o sacrificio principia. (O Estado de S. Paulo *apud* PINHEIRO, 2012, p. 173)

Como se vê no trecho acima, era claro o objetivo de exaltação do regime vigente em detrimento do anterior: o Império arrogante e desumano ante as figuras que tombavam em amor à “fé monarchica”; a República soberana, mãe protetora dos que caíam para protegê-la. É interessante notar que “o cadaver do valoroso chefe”

representa o simulacro da imagem da República e seus valores, pelos quais, o Cabo Roque morreu fuzilado. Criando-se esse antagonismo, como quer mostrar *O Estado de S. Paulo*, entre o tratamento que era despendido por republicanos e monarquistas: os primeiros, valorosos soldados, honrados e leais; os segundos, covardes que fogem abandonando aqueles que por eles deram a vida.

O cabo Roque virou até nome de rua na cidade de São Paulo por ato da Câmara Municipal, de tão meteórica foi sua ascensão à condição de herói. Conforme escreve Euclides da Cunha: “Abriram-se subscrições patrióticas: planejaram-se homenagens cívicas e solenes; e, num coro triunfal de artigos vibrantes e odes ferventes, o soldado obscuro transcendia à história [...]” (CUNHA, 1985, p. 376). Toda a exaltação por um soldado raso que protegeu, sendo varado por tiros dos jagunços, o corpo largado do seu comandante, todo o misticismo dessa cena quase poética tinha o objetivo da criação de uma memória afetiva para com os heróis que caíam pela República. O corpo de Moreira César representava, sob essa cena, mais do que o do comandante, representava a proteção e reverência à instituição a que o Exército estava ligado, e historicamente fez nascer: a República. Proteger o corpo do coronel era proteger acima de tudo esse ideal.

Porém, tão rápido foi erigida a lenda, eis que aparece vivo, são e salvo em Queimadas três dias depois, trocando a “imortalidade pela vida” e “vítima da desgraça de não ter morrido”, nos clássicos dizeres de Euclides. Todo o ato de propaganda jornalística cai por terra. Cabo Roque foi símbolo de um período de reveses na guerra: “[...] fez-se quase uma compensação à enormidade do revés.” (CUNHA, 1985, p. 376) Retomando o discurso de Michel Foucault, pode-se afirmar, então, que o cabo Roque era parte da construção do “discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (FOUCAULT, 2003, p. 8). Tudo isso por meio da imprensa. A criação do mito pela cena gloriosa para esconder o fracasso militar daquela expedição fez parte do ambiente da época, que ansiava por qualquer coisa para saciar seu desejo de esconder as mazelas de uma época. A criação de memória é parte do processo político de qualquer regime:

As tradições inventadas são altamente aplicáveis no caso de uma renovação histórica comparativamente recente, a “nação” e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas e daí por diante. (HOBSBAWN apud BITTENCOURT, 2009, p. 56)

MARECHAL BITTENCOURT

O caso do Marechal Bittencourt é mais emblemático por ter protagonizado um ato de bravura que o elevou à condição de mártir. Oficial de alta patente, ministro da Guerra durante a presidência de Prudente de Moraes e designado para acompanhar, supervisionar o desfecho da guerra, de todos os comentados até aqui era o mais respeitado. É a figura de maior significação para a criação mitológica em termos da hierarquia militar. Numa recepção em sua homenagem:

Alguns altos funcionários do governo, entre eles o presidente da república, Prudente de Moraes, e o ministro da Guerra, Carlos Bittencourt, haviam-se reunido no edifício do Arsenal de Guerra para saudar o general que voltava da linha de frente. De repente, do nada surgiu um soldado do exército, de nome Marcelino Bispo de Melo que avança entre os presentes apontando uma faca ao presidente; o ministro da Guerra interpôs-se entre os dois e acabou ferido mortalmente. (AMORY, 2009, p. 148)

A cena é tão emblemática quanto mitológica. O oficial que se lança em defesa da autoridade máxima da pátria, dando a vida em troca da preservação, simbólica e material, da instituição que representava Prudente de Moraes: a Presidência da República. A esse respeito, é relevante a assertiva de Roland Barthes: “a honra é geralmente uma sobra do poder” (BARTHES, 1989, p. 8). O Marechal transformado em mártir da República tombou morto por uma disputa de poder existente na época, sua glória advém dessa “sobra” reconhecida a ele pelo poder instituído que viu no seu ato a nobreza necessária para exaltá-lo como herói. O ato de Marcelino aconteceu dentro de um contexto de disputa de poder entre a facção aliada ao antigo presidente Floriano Peixoto e o líder do Partido Republicano:

Foi essencialmente uma trama jacobina armada por aliados do ex-presidente Floriano e do líder do Partido Republicano federal, que juntos não conseguiram impedir a candidatura presidencial de Campos Sales, apoiada por Prudente de Moraes. A reação imediata, tanto do governo quanto do povo, contra os jacobinos foi ferocíssima. (AMORY, 2009, p. 148)

A morte do Marechal se deu nesse contexto de disputas entre facções rivais que apoiavam seus candidatos à eleição presidencial. Mas, transcendendo seu ato heroico,

essa disputa política, tornou-se patrono do Serviço da Intendência. Em Monte Santo, há um busto seu, que o exalta como mártir da República. Nesse caso, retomando a Barthes, pode-se dizer que “o poder (a libido dominandi) aí está, emboscada em todo e qualquer discurso” (BARTHES, 1989, p. 9). A representação e as honrarias dadas ao Marechal-mártir são um pequeno vislumbre da atuação do discurso na criação da ordem histórica vigente. O marechal foi inserido, portanto, dentre os grandes homens que morreram ou lutaram pela nobreza de uma causa. A esse respeito, ainda conforme Roland Barthes:

[...] acreditamos que o poder fosse um objeto exemplarmente político; acreditamos agora que é também um objeto ideológico, que ele se insinua nos lugares onde não ouvíamos de início, nas instituições, nos ensinamentos, mas, em suma, que ele é sempre uno. (BARTHES, 1989, p. 9-10)

A morte emblemática do Marechal está diretamente associada ao que caiu para proteger: o poder Executivo e a honra da farda militar (ante um desertor que a macula ao intentar contra o Comandante-em-chefe das Forças Armadas).

Como mostrou Emília Viotti da Costa, desde a implantação do regime republicano, houve a exaltação da República e a demonização do Império, sendo que as figuras clássicas desse processo histórico receberam homenagens, celebrações, títulos, feriados, nomes de ruas etc. Esse processo de construção heroica, como foi demonstrado, verificou-se em todos os momentos, inclusive nos de maior aflição, como o são períodos de guerra e conflitos sociais que ocorreram ao longo da história republicana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da conjectura de qualquer sistema político-histórico requer uma dose de cautela, cepticismo. Todos os sistemas contêm falhas. Com a República brasileira, não seria diferente. A análise de sua promoção propagandística revela a face de um regime que buscava se legitimar a qualquer custo pela propaganda ideológica e pela bala. Nesse processo de poder, é natural a criação de um arcabouço mitológico de figuras heroicas para legitimar sua ascensão ao poder, reconstrução do imaginário popular e nacional. Um regime político só se mantém de pé se consegue criar símbolos afetivos. Com as três figuras históricas expostas e analisadas, procurou-se mostrar

alguns dos procedimentos utilizados em face de um período de grande conturbação da ordem pública. Cada um dos três vem de um mesmo nicho, o Exército, que por vias e meios diferentes foram exaltados à condição de heróis, alguns duraram mais do que outros, mas é claro, o procedimento discursivo pelo qual foram criados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORY, Frederic. *Euclides da Cunha: uma odisseia nos trópicos*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 148.

BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1989.

BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 53-93.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 385-447.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Edição Crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 317-376.

FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso*. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, Michel. A Microfísica do poder. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfísica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf>. Acessado em: 18 fev. 2019.

FILHO, Fausto Salvadori. Nomes de guerra. Revista apartes, São Paulo, dez/2013. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-4-dezembro2013/no04-nomes-de-guerra/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

GUERRA de Canudos. Direção: Sergio Resende. Produção: Mariza Leão; José Wilker. Roteiro: Sergio Resende; Paulo Halm. Fotografia de Antonio Luiz Mendes. Brasil: Columbia Pictures do Brasil, 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P4OYhj7Io0E>. Acesso em: 21 out. 2018

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. *A construção do acontecimento histórico: O discurso do Jornal O Estado de S. Paulo sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário*. 2012. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12909>. Acesso em: 16 out. 2018

VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: Esboço Biográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.171.

Dia da Intendência: Noticiário do Exército: A palavra da Força. Centro de Comunicação Social do Exército. Brasília, DF: 12/04/2016. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/documents/16541/7263485/Dia+da+Intend%C3%Aancia/66a72a36-6b59-4e1e-925d-c01bb90e63d1>. Acessado em: 11/02/2018